Exmº. Senhor

Secretário Regional / Diretor Regional /Presidente de Instituto… (escolher a opção correspondente ao dirigente máximo do serviço)

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (NOME), \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (CATEGORIA) integrado(a) no Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , afeto(a) ao mapa de pessoal do(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Gabinete/ Direção Regional / Instituto) vem, em conformidade com o disposto no artigo 68.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, conjugado com os artigos 165.º e seguintes do Código do Trabalho, expor e requerer, respeitosamente, a V. Exª. o seguinte:

1.º

O(a) requerente é \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (mãe/pai) de um menor com \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ anos de idade, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (NOME).

2.º

O (a) referido menor encontra-se a frequentar o estabelecimento escolar \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

3.º

Através do Anexo I da Resolução n.º 326/2020, de 14 de maio, o Governo Regional da Madeira determinou o regresso dos trabalhadores da administração pública ao regime de trabalho presencial, salvaguardando as situações em que o trabalhador necessitar de acompanhar os filhos menores de 12 anos, uma vez que os estabelecimentos escolares permanecem, nesta fase, ainda encerrados.

4.º

O outro progenitor do referido menor exerce atividade profissional e não irá exercer funções em regime de teletrabalho, nem, tão pouco, faltar ao serviço para ficar a cuidar do(a) referido(a) menor, **atestando o (a) ora requerente, sob compromisso de honra, que o progenitor não requereu nem recebe o apoio financeiro excecional à família por motivo de encerramento do estabelecimento de ensino.**

5.º

Por força do vertido nos dois artigos anteriores, o(a) requerente não dispõe de quem fique com o(a) referido(a) menor, no período de encerramento do respetivo estabelecimento escolar.

6.º

As tarefas que estão atribuídas ao requerente no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Gabinete/ Direção Regional / Instituto) consistem *grosso modo* na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (por exemplo, elaboração estudos, pareceres e informações de caráter técnico, que são executadas com autonomia técnica).

7.º

Por outro lado, no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Gabinete/ Direção Regional / Instituto) existem condições técnicas que permitem que o(a) requerente aceda (desde que lhe seja conferida tal permissão e sem prejuízo do recurso a outros mecanismos de transmissão eletrónica de dados, como o e-mail), fora das instalações do seu local de trabalho às tarefas que lhe são atribuídas.

8.º

Em casa o(a) requerente possui todas as ferramentas de trabalho necessários ao exercício das tarefas que lhe são atribuídas, designadamente computador e internet.

Ou

8.º

Em casa o(a) requerente possui acesso à internet, e, embora não possua o computador necessário ao exercício das tarefas que lhe possam ser atribuídas em regime de teletrabalho, o organismo tem condições para ceder ao requerente o equipamento de que necessita para trabalhar à distância.

Nestes termos,

Requer-se, respeitosamente, a V. Exª que se digne autorizar que, a partir do próximo dia 18 de maio de 2020 e pelo período que durar o encerramento do estabelecimento escolar do menor, a prestação de trabalho pelo(a) requerente seja efetuada em regime de teletrabalho, a partir de casa ou [indicar de forma expressa o período de início e fim da prestação de teletrabalho].

Pede deferimento,

Funchal, ….. de maio de 2020

O (A) Requerente